Conclusão

*“O poder da não violência
Revela a experiência que o mundo
Não pode ser plasmado à força.
O mundo é uma entidade espiritual,
Que se plasma por suas próprias leis.
Decretar ordem por violência é criar desordem.
Querer consolidar o mundo à força é destruí-lo,
Porquanto, cada membro tem sua função peculiar:
Uns devem avançar, outros devem parar.
Uns devem clamar, outros devem calar.
Uns são fortes em si mesmos, outros devem ser
escorados.
Uns vencem na luta da vida, outros sucumbem.
Por isto, ao sábio não interessa a força,
Não se arvora em dominador, não usa de violência.”
(Lao-Tse)*

Refletir, relatar, ouvir e sentir com nossos pacientes suas histórias de abuso sexual infantil nos remeteu, entre outros tantos objetivos, a buscar entender a origem do sentimento de horror pelo qual somos tomados quando tratamos deste assunto.

O tema é vasto e requer muito esforço, tanto do ponto de vista individual quanto do social, para podermos fazer frente à dimensão que ele assumiu atualmente. É difícil falar em conclusão quando nos sentimos somente começando a trilhar um caminho cheio de percalços, e percebemos o quanto precisa ainda ser feito. Sobretudo depois de entrarmos em contato com a grande quantidade de informações que este trabalho nos proporcionou sentimo-nos, sim, instigados a levar adiante nossas indignações e indagações.

Sendo assim, é de capital importância que estejamos atentos para a necessidade de leis que organizem o social e possibilitem a vivência do cultural. Da mesma forma que auscultar a história nos ajuda a contextualizar os conceitos, o diálogo com a antropologia facilita nosso entendimento sobre a origem dos mitos e das fantasias, melhor compreendendo o funcionamento das famílias atuais.

Defrontar-nos com a crueza do tema do abuso sexual nos empurra para a necessidade de pensarmos formas alternativas de prevenção. Claro que sabemos que a singularidade e a escolha de cada um não devem e não podem deixar de ser consideradas. Acreditamos, como De Leo (2002), que a prevenção significa cuidado, ou melhor, cuidar de nossas crianças e de nossos adolescentes para que eles não precisem necessariamente reproduzir o padrão psíquico e de comportamento que levam à transgressão das leis de nossa cultura.

A percepção de que a criança, na situação de abuso sexual, se encontra em “estado de sítio”, como bem definem Azevedo e Guerra, ou seja, desprovida de sua liberdade e do uso da palavra; ameaçada em sua estrutura psíquica, é algo que aponta para a importância de denunciarmos os casos de abuso sexual infantil, visando proteger nossos futuros cidadãos.

As lições que podemos extrair de nosso trabalho é que as iniciativas sócio-políticas não têm conseguido responder adequadamente a esses desafios. É exatamente por isso que precisamos unir forças para reverter esse quadro e, dessa forma, juntos, zelarmos pelos direitos da criança e do adolescente no nosso país.

É preciso criarmos espaço para uma escuta terapêutica que não reduza a criança ou o adolescente à condição de vítima; que se evite o perigo da estigmatização que não permite que eles se constituam como seres capazes de se organizarem e de superarem os traumas vividos. É preciso fazê-los falar, tirando-os do silêncio e da angústia, pois como afirma a poeta Ana Cristina César, “angústia é a fala entupida”.

Fazer falar é fundamental, mas respeitando o ritmo de cada pessoa, como mostram as recomendações de Alvarez (s.d.) a respeito da necessidade de lembrar ou de esquecer do episódio traumático. Muitas vezes a criança ou o adolescente tem dificuldade de determinar se prefere lembrar ou esquecer o acontecido e cabe ao profissional, exercer, de forma sutil, o manejo terapêutico, permitindo a saída do silêncio encobridor de dores, que podem ser da ordem do insuportável, se vividas sozinhas.

O sofrimento das crianças e dos adolescentes vítimas desse tipo de maus-tratos trazem muitas vezes acoplada a dor familiar. Não estabelecer um julgamento *a priori* com relação a essa família é um bom começo, pois além dos pressupostos éticos que se exigem em qualquer profissão, no caso de uma escuta terapêutica, são indispensáveis, correndo-se o risco de se cometer, em sua falta, graves injustiças, que reproduziriam a mesma perversidade do ato abusivo.

Uma das formas de se fazer frente a essas necessidades preventivas ou de cuidado, que o abuso sexual infantil desperta em nosso social é a construção dos fatores de resiliência. O principal deles é o *suporte familiar*, nas suas múltiplas formas de se apresentar; a *solidariedade do grupo social* com o qual se convive e se estabelecem importantes trocas nos mais variados aspectos dessa convivência; a *prevenção escolar*, que fala do

acolhimento e da escuta, incluindo a divulgação das informações educativas sobre o assunto; e *last but not least*, os vínculos de *fratria*, que vão se tornando indispensáveis para sobreviver no mundo ocidental urbano, onde, por exemplo, as relações de amizade, vizinhança e compadrio chegam a substituir as verdadeiras relações familiares, que às vezes não estão podendo suprir suas funções.

As profissões ligadas à saúde mental podem ter dado pouca atenção ao estudo das pessoas que são capazes ou de superar uma adversidade ou, em situações em que há poucas alternativas, de se adaptar a tal desgraça. Devemos procurar trazer das sombras da negligência a criança resiliente, que sobrevive apesar da adversidade, forçando-nos a olhar para processos de enfrentamento e adaptação mais do que unicamente para aqueles que refletem fracasso e incompetência (Cohler, 1987).

Gostaríamos de lembrar que, a possibilidade de estarmos em contato com uma instituição, que permite que crianças e adolescentes reescrevam sua história, - porque seus responsáveis têm condições de emprestar dignidade a eles, que muitas vezes chegam com sua estrutura psíquica bastante comprometida -, muito contribuiu para o avanço de nossas pesquisas e de nossas investigações acerca do atendimento às crianças vítimas de abuso sexual.

Compreendendo porque crianças, adolescentes e suas famílias podem silenciar sobre o abuso, propomos formas de atenção e apoio que possam ajudar no processo singular de reconstrução psíquica. Parafraseando Sartre, não podemos reduzi-los ao abuso, pois o essencial não é o que foi feito com eles, mas o que eles fazem daquilo que fizeram deles.

Queremos terminar acreditando que, tal como no conto de fadas, onde Pele de Asno encontra a possibilidade de reconstrução de sua subjetividade ameaçada, é possível iluminar outros aspectos das personalidades de nossas Lindas, Flores e Lilis.